



ÁREA TEMÁTICA: Migrações, Etnicidade e Racismo

Que Cidadania? Etnicidade, Identidades Locais e Agenciamento na Periferia de Lisboa

HORTA, Ana Paula Beja

Doutoramento em Sociologia

Universidade Aberta

apbhorta@univ-ab.pt

Resumo

Nas últimas décadas, a consolidação de bairros degradados multiculturais em Portugal tem estado associada a novas formas de segregação urbana. Esta realidade tem sido marcada pela crescente estigmatização destes bairros e pelo isolamento social e político dos seus habitantes. A presente comunicação pretende analisar a relação entre espaços urbanos marginalizados e o exercício da cidadania, tendo como pano de fundo o bairro do Alto da Cova da Moura, na periferia de Lisboa. Num primeiro momento serão identificadas as principais políticas urbanas adoptadas e o modo como o discurso dominante veiculou novas formas de categorização e hierarquização social. Num segundo momento, serão examinados os processos de construção de uma identidade colectiva local, que surge num quadro complexo de relações inter-étnicas e de relações de poder institucional. Por último, discute-se as dinâmicas de agenciamento protagonizadas pelos residentes do bairro, cuja pertença local é um factor de mobilização e de reivindicação de um conjunto de direitos de cidadania associados à cidade e ao território e, conseqüentemente, a uma gestão urbana mais democrática e inclusiva.

Palavras-chave: Etnicidade, Identidades locais, cidadania, bairros periféricos, Lisboa.





1. Introdução

O debate contemporâneo sobre segregação e marginalização urbana tem vindo a ser marcado por uma nova perspectiva de análise, que tem pretendido transcender o tradicional debate étnico e racial sobre esta temática. Esta nova abordagem centra-se no impacto de um conjunto de factores estruturais e simbólicos no desenvolvimento da segregação socio-económica e racial que caracterizam as grandes cidades do mundo de hoje. A nível estrutural, o desemprego, a flexibilização do mercado de trabalho, a crescente informalização da economia, a retracção do Estado-providência e o aprofundamento das desigualdades sociais têm tido importantes consequências para o agravamento das condições de vida em bairros marginalizados (Auyero, 2000, Musterd et. Al. 2006; Queiroz, 2005 Wacquant, 2001).

A nível simbólico o enfoque tem recaído sobre a dimensão ideológica e discursiva da produção social dos bairros marginalizados. Esta última vertente de análise tem evidenciado os processos de estigmatização territorial e a consequente interiorização desse estigma pelos residentes dos bairros segregados das grandes cidades europeias e americanas. Segundo Wacquant (2001) um dos principais efeitos do estigma territorial nos bairros periféricos degradados da França e no gueto negro nos Estados Unidos da América traduz-se em práticas de distanciamento social, tensões e erosão do sentimento de pertença comunitária.

No caso português, a crescente consolidação de bairros degradados multiculturais na periferia de Lisboa tem produzido uma nova ordem socio-espacial, marcada pela segregação e marginalização. Tal como tem sido documentado no caso francês a construção simbólica dos bairros periféricos, pelos *mass media*, pelos discursos oficiais e pela opinião pública, em geral, tem vindo a veicular uma imagem negativa e estigmatizante destes lugares e dos seus residentes (Hargreaves, 1996; Crozat, 2006; Wacquant, 2001).

Nesta comunicação pretendemos examinar alguns aspectos deste paradigma conceptual, à luz dos resultados da pesquisa realizada no bairro do Alto da Cova da Moura, na periferia de Lisboa. Propomos a reflexão sobre os processos de construção identitária local, tendo como pano de fundo as políticas e práticas discursivas oficiais assim como o contexto local do bairro. O quadro de referência que pretendemos esboçar na primeira parte visa identificar a natureza do regime discursivo oficial adoptadas e o modo como este veiculou novas formas de categorização e de hierarquização social. Num segundo momento, o enfoque recairá sobre o contexto local e as dinâmicas de pertença local e de relações inter-étnicas. Por último, procuramos discutir o a emergência de uma identidade colectiva local, que se articula com a reivindicação dos direitos de cidadania e da efectivação de uma cidadania local democrática.

2. O Bairro – Organização sócio-espacial

O Bairro do Alto da Cova da Moura, situado na zona oriental do concelho da Amadora, é um dos maiores e mais antigos núcleos de população migrante existentes na área metropolitana de Lisboa. Oficialmente classificado como um bairro degradado de génese ilegal, o Alto da Cova da Moura, surge da ocupação espontânea de terrenos privados e do Estado, que se inicia nos finais dos anos quarenta com a construção das primeiras barracas por pequenos grupos de migrantes internos.

A partir do início da década de setenta de 1900, populações oriundas de Cabo Verde foram-se fixando progressivamente no bairro. A proximidade ao centro da cidade de Lisboa e o fácil acesso a rodovias principais e à rede de transportes públicos permitia a estas populações, na sua maioria com baixos



recursos económicos, uma grande acessibilidade ao emprego e a outros serviços (educação, saúde, equipamentos sociais, recreativos e desportivos).

Após o 25 de Abril, a liberalização política, as novas correntes migratórias das ex-colónias, tensões sociais e a existência de um mercado de habitação deficiente contribuíram para a proliferação e consolidação de bairros ilegais em todo o país, em particular, nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. O bairro do Alto da Cova da Moura não foi excepção. Entre o final da década de 70 e os anos 90 assiste-se a um verdadeiro *boom* populacional acompanhado da construção desenfreada de habitações, muitas das quais sem as condições mínimas de habitabilidade.

Presentemente com uma área total de 16.5ha, o bairro abriga aproximadamente 5500 habitantes. Apresentando uma forte concentração de residentes de etnia africana, com especial destaque para os cabo-verdianos, a composição populacional do bairro é marcada pela presença de portugueses residentes nas ex-colónias e, mais recentemente, ainda que em número reduzido, pela fixação de imigrantes brasileiros e da Europa de Leste, o que confere ao bairro uma considerável diversidade na sua composição étnica. Dominado por uma população jovem (cerca de 22% tem menos de 14 anos e cerca de 45% tem menos de 24 anos), por trabalhadores pouco qualificados, concentrados nas franjas mais precárias do mercado de trabalho.¹

A nível morfológico, a matriz espacial do bairro revela-se densa e polarizada. A sul, denominado por “bairro africano”, o traçado tortuoso de ruas estreitas, de becos, de casas, barracas e anexos encavilados, formando uma malha labiríntica apertada. Aqui se amontoa a população maioritariamente de origem africana. A norte, “bairro europeu” predomina um padrão ortogonal de ocupação espacial, de ruas pavimentadas e de casas cercadas por pequenos jardins, onde residem os nacionais retornados de África, os migrantes internos, uma pequena burguesia africana e os imigrantes recém-chegados que buscam no bairro um lugar para habitar. Esta malha urbana que se revela fragmentada entre duas grandes áreas tende a favorecer a existência de uma organização sócio-espacial diferenciada. Na área sul do bairro, e ao contrário do que acontece a norte, a sobreocupação, a exiguidade e a precariedade das casas assim como a manutenção de práticas culturais específicas potenciaram a transferência de actividades domésticas para o espaço público, favorecendo, igualmente, uma maior apropriação das ruas, largos e becos como espaço de intenso convívio e de interconhecimento.

3. As Políticas e as Representações do Bairro

Ao longo das diferentes fases de desenvolvimento do bairro do Alto da Cova da Moura, podemos identificar a emergência de dois principais discursos institucionais assentes em duas matrizes ideológicas diferentes, mas complementares. A primeira, que designo por *ideologia da ilegalidade*, consiste na transposição de um mapa de significação espacial fundado num estatuto jurídico de ilegalidade do bairro para formas de identificação dos seus residentes. Este discurso tem funcionado como uma forma insidiosa de categorização e de regulação social. A segunda, a *ideologia da guetização* surge ancorada numa construção política que produz novas representações territoriais com base na articulação entre ilegalidade, criminalidade e segregação espacial.



3.1. O Outro Ilegal – Africanos e Europeus

O primeiro relatório oficial da administração local sobre o bairro do Alto da Cova da Moura foi produzido em 1983. Neste documento o bairro é descrito como um exemplo *sui generis* de ocupação ilegal de terrenos na área metropolitana de Lisboa. Oficialmente classificado como um bairro degradado de génese ilegal, o discurso institucional reforça uma dupla “ilegalidade” ou “clandestinidade”, uma vez que o seu surgimento resulta da “invasão” ilegal de terrenos privados e públicos, sendo o meio edificado, igualmente, ilegal (Relatório da Cova da Moura, Municipalidade da Amadora, 1983).

É neste quadro de “ilegalidade” que este núcleo foi representado pelas autoridades municipais e pelos urbanistas como um problema jurídico e administrativo. Juridicamente, o carácter “duplamente ilegal” do bairro constituía um problema para o processo de legalização, dado que a legislação em vigor não se aplicava a situações desta natureza. Em termos administrativos, para as autoridades locais, o bairro era concebido, sobretudo como um problema de habitação caracterizado pela falta de planeamento urbano, habitações precárias e a ausência de infraestruturas básicas (água, electricidade, saneamento, recolha de lixo, etc).

Durante a década de 80 de 1900, os vários relatórios produzidos no âmbito da autarquia reforçavam representações do bairro assentes em noções de segregação espacial e pobreza, alertando para a necessidade de planos de intervenção e da reabilitação urbana da área. Um destes relatórios, realizado em 1988, viria a focalizar a sua atenção nas atitudes dos residentes em relação à sua “situação de ilegalidade”. O documento revelava que a maioria da população entrevistada “estava consciente” da sua ilegalidade e mostravam-se interessados em “cooperar” com as autoridades para a resolução do problema. Contudo, para aqueles que não tinham a percepção da sua situação de ilegalidade, o relatório recomendava que a municipalidade deveria torná-los conscientes do seu *estatuto de ilegalidade*.

A inscrição de uma consciência de ilegalidade nas mentes dos residentes do bairro é reveladora da construção ideológica destes habitantes como “sujeitos ilegais”. Assim, os esforços desenvolvidos pelo poder local para a interiorização de um sentimento de ilegalidade por parte dos residentes levavam-os a “assimilar a transgressão das leis” (Foucault, 1995), reduzindo deste modo as suas subjectividades a um problema jurídico. Sobretudo, deparamo-nos com um processo de categorização e subjectivação do Outro, com base nas características específicas de determinada área residencial.

3.2. Criminalização e o Gueto Imaginado

Durante as últimas duas décadas, as representações produzidas pelos *mass media* sobre os bairros migrantes existentes na periferia de Lisboa ancoraram-se num campo semântico assente em torno de três eixos principais: imigração, comportamentos desviantes e exclusão. As representações dos bairros migrantes como guetos e de jovens negros como “gangs” têm tido importantes implicações para a construção de uma imagem pública que tende a associar imigração com criminalidade e espaços marginais.

No caso específico do bairro do Alto da Cova da Moura as imagens produzidas pelos meios de comunicação social estabelecem diferenças e reforçaram formas de classificação dominantes em que o “gueto negro” surge em oposição à cidade “branca”. Em 1991 o bairro era descrito como um “gueto que não se relaciona com o resto da Buraca” (*Público*, 19.05.1991), ou, numa nota mais positiva, como “um dos guetos melhor organizados da Amadora” (*Público*, 18.5.1992). Mais recentemente, em 2001, a morte de um jovem na Cova da Moura, após ter sido alvejado pelas costas por um polícia provocou uma onda de violência entre as forças policiais e alguns grupos de jovens residentes no bairro. Os confrontos foram transmitidos em directo pelos principais canais de televisão e acompanhados de perto por inúmeros jornalistas, políticos e activistas sociais. As imagens veiculavam uma relação entre a polícia e o bairro que se prendia não tanto com o exercício da cidadania e respeito pelos direitos de todos os cidadãos, mas sim como uma narrativa de ocupação, a “colónia revisitada” por esquadrões policiais que ocupam e isolam o



bairro. Comum às diferentes reportagens realizadas é a construção ideológica do Alto da Cova da Moura como um gueto negro, um lugar perigoso e traiçoeiro habitado por jovens criminosos, desempregados e ambiciosos. Contudo, este idioma que articula raça, violência e espaço tem sido, igualmente, reproduzido pelo discurso oficial que tende a reduzir os problemas vividos no bairro a questões de “insegurança” e a processos de auto-exclusão resultantes de estratégias de vida específicas às comunidades africanas, em particular, à comunidade cabo-verdiana (Horta, 2006).

Mais recentemente, e no âmbito do projecto Iniciativa Operações de Qualificação Urbana e Inserção Urbana de Bairros Críticos (Resolução do Conselho de Ministros, nº 143/2005, de 2 de Agosto), implementado pelo governo central, o bairro foi alvo de um estudo pormenorizado conducente à apresentação de uma proposta intervenção urbanística. Com base num diagnóstico participativo, mobilizando uma densa rede de actores sociais (organismos centrais e locais, moradores, associações locais e académicos), o plano de acção visa a reabilitação do bairro em múltiplas vertentes (jurídica, social e económica e espacial). Independentemente do plano de acção proposto ser aceite ou não na sua totalidade ou parcialmente, pela primeira vez na história do bairro, esta intervenção testemunha uma tomada de responsabilidade colectiva e a vontade política de travar a segregação social dos seus moradores. Tal decisão opõe-se radicalmente à atitude ambígua dos poderes administrativos, que têm tendido a oscilar entre o abandono, a integração e a repressão.

4. O Contexto. Etnicidade e Pertença Local

Dada a natureza da construção simbólica do bairro da Cova da Moura pelos discursos instituídos, a qual tem contribuído para a estigmatização do bairro, importa reflectir sobre o quadro relacional dominante nesta comunidade. Como é que o estigma da segregação e marginalidade urbana configura o quadro relacional no bairro? Até que ponto a etnicidade ou a pertença local configuram as relações sociais que se estabelecem entre as diversas populações multiétnicas que residem no bairro?

Na análise do quadro relacional do bairro tomamos como ponto de partida o estudo de Wallman (1986) sobre os processos de construção de fronteiras étnicas em bairros multiétnicos. No seu trabalho sobre a relevância da etnicidade nas relações sociais de populações residentes em duas áreas multiétnicas de baixo rendimento, a autora identifica um conjunto de factores estruturais que influenciam as dinâmicas de fronteiras étnicas e de pertença local. Em Bow, na zona este de Londres a estrutura de recursos locais apresenta-se fechada e homogénea. Quer nas áreas do trabalho como na habitação as oportunidades são muito reduzidas e os recursos limitados. Ao invés, a área de Battersea é caracterizada pela existência de múltiplas oportunidades nas esferas do trabalho, da habitação e de actividade política. Nesta comunidade, a estrutura é mais diversificada e os conhecimentos locais, mais do que a origem étnica, são os principais factores de pertença e de identidade.

Ao aplicarmos este modelo analítico ao bairro da Cova da Moura, verificamos a que quer a pertença étnica quer a pertença local emergem como importantes factores na configuração do quadro relacional do bairro. De facto como vereemos a seguir dada a estrutura ocupacional, habitacional, associativa e social, o local assume um papel fundamental nas estratégias vivenciais e na pertença comunitária.

Oportunidades na esfera do Emprego. Na sua maioria, a população do bairro concentra-se nas faixas mais precarizadas e vulneráveis do mercado de trabalho, em actividades pouco qualificadas, socialmente desvalorizadas e auferindo baixos salários. A mão-de-obra masculina tende a inserir-se nos sectores da construção civil e obras públicas enquanto as mulheres tendem a concentrar-se nos serviços de limpeza, restauração, venda ambulante, serviços ao domicílio e trabalho doméstico



Informação sobre oportunidades de emprego dentro e fora do bairro é, frequentemente, obtida através de laços familiares, étnicos e de vizinhança. De facto, importa sublinhar a existência de uma forte economia local que tem vindo a acentuar a utilização de múltiplas estratégias de contratação, onde tanto a etnicidade como o localismo são accionados e mobilizados. A angariação de mão-de-obra local por parte de dezenas de subempreiteiros a residir e a operarem na Cova da Moura tende a tornar as fronteiras étnicas mais flexíveis e a fortalecer os laços de vizinhança.ⁱⁱ Por outras palavras, o acesso a oportunidades de emprego não depende unicamente da origem étnica dos trabalhadores (por exemplo, cabo-verdianos, guineenses, senegaleses ou russos), mas na maioria dos casos do seu estatuto de residente no bairro. Neste sentido, ser residente do bairro permite o acesso a outros recursos valiosos nomeadamente ao trabalho.

Por outro lado, o emprego gerado no bairro em actividades comerciais de serviços e no sector associativo, em particular, pela Associação Cultural Moinho da Juventude estima-se entre 16 a 18%.ⁱⁱⁱ A existência de um comércio local formal, semi-formal e informal muito activo e, como tal, de um número muito significativo de residentes que estão economicamente dependentes das oportunidades de trabalho geradas no bairro para a sua própria sobrevivência tem importantes consequências na estruturação e na regulação das relações sociais em múltiplos domínios. Além do intenso comércio formal e semi-formal existente, um número considerável de residentes tende a envolver-se em actividades comerciais informais para suplementar o rendimento familiar. Vendedoras de rua e pequenos negócios de importação e exportação proliferam no bairro, tornando evidente que a subsistência destes grupos se encontra fortemente ligada ao bairro. A participação das mulheres nestas actividades é significativa e tende a potenciar relações de vizinhança, de entreajuda, de solidariedade e de coesão social num bairro etnicamente heterogéneo.

Dada a existência de uma economia semi-formal e informal e uma forte dependência dos moradores nas actividades económicas criadas no bairro, viver num “circuito fechado” étnico reduziria substancialmente as oportunidades de vida dos moradores. Deste modo, as pertenças étnicas e locais são optimizadas e as fronteiras são estrategicamente manipuladas de forma a maximizar os recursos económicos.

Habitação. Como atrás foi referido, o bairro surge da ocupação ilegal de terrenos assim como da auto-construção de habitações. Ao longo das últimas três décadas, o constante influxo de novas populações migrantes traduziu-se numa enorme pressão sobre o bairro, levando à ocupação total do terreno disponível. A partir os meados da década de noventa de 1900, começa a surgir um intenso mercado informal de arrendamento, que pretende dar resposta à crescente procura de habitação pelos imigrantes recém-chegados. Por outro lado, verifica-se a saída de proprietários do bairro, os quais, por razões económicas tendem a optar por arrendar integral ou parcialmente as casas.^{iv} Com um número limitado de casas à venda, o inquilinato surge como a opção mais viável, sendo que a pertença étnica não assume particular relevância no acesso à habitação. Neste contexto, as relações sociais revelam grande plasticidade, As redes locais constituem um factor principal de pertença à comunidade.

Tecido Associativo e Redes Sociais relativamente a esta dimensão é importante sublinhar a presença de uma densa rede de associações e de instituições que actuam directamente no bairro. A nível local a Associação de Moradores do Bairro do Alto da Cova da Moura, o Clube Desportivo e Recreativo assim como a Associação Cultural Moinho da Juventude foram fundadas entre os finais dos anos setenta e os princípios dos anos oitenta de 1990. Ao longo das décadas estas associações tem desempenhado um papel crucial no desenvolvimento social e comunitário local assim como na mobilização e na defesa dos interesses dos moradores do bairro. Progressivamente, quer a Associação Cultural Moinho da Juventude quer o Clube Desportivo, actualmente Associação Solidariedade Social do Alto da Cova da Moura consolidaram-se como organizações prestadoras de serviços sociais, formação profissional e actividades culturais e desportivas, dirigidos sobretudo às populações mais jovens.

Além destas associações importa ainda referir um conjunto de outras entidades e instituições locais e nacionais a funcionar no bairro, por exemplo, o Gabinete Técnico da Câmara da Amadora; Centro Social e Paroquial N^o Senhora Mãe de Deus da Buraca, Juntas de Freguesia da Buraca e da Damaia, Escola EB1,



Santa Casa da Misericórdia da Amadora, Centro de Saúde da Reboleira, ACIDI, PSP A intervenção destas instituições constitui um prolongamento no local de organismos que oficiais que intervêm directamente e influenciam o quadro de interações no bairro. Os modelos organizativos e os serviços prestados por estas instituições criam novas práticas e novas redes de sociabilidade, activando esferas de influência em torno de si próprias.

Neste contexto a adesão às associações locais apresenta-se aberta. Em princípio, qualquer residente, independentemente da origem étnica, pode tornar-se membro das associações de bairro. Neste sentido, a pertença local é determinante no acesso à participação associativa, tornando o factor etnicidade insignificante na estruturação das relações sociais nesta esfera.

No que respeita as relações sociais do indivíduo ou do agregado familiar as redes de sociabilidade prolongam-se em múltiplos quadros de interacção local, translocal e transnacional. A nível local, enquanto quadro de interacção, o bairro não se apresenta como um tecido social uniforme e homogéneo. Em traços largos, a tendência para a concentração espacial de populações da mesma origem étnica em determinadas áreas do bairro (nicho europeu/nicho africano) favorece o desenvolvimento de modos e estilos de sociabilidade culturalmente específicos assim como a criação de círculos de interacção diferenciados. Ainda assim, as relações sociais tendem a ser configuradas por laços de vizinhança, de parentesco e de conterraneidade.

Para a maioria dos moradores, a sua teia de redes sociais espalha-se para além das fronteiras do bairro, desdobrando-se em redes de sociabilidade com familiares, amigos e conterrâneos a viverem noutras localidades e noutros países. É, igualmente, importante referir que as redes profissionais e sociais não se circunscrevem somente ao perímetro do bairro. A maioria dos residentes trabalha noutros locais no concelho da Amadora ou noutros concelhos mais ou menos distantes e mesmo alguns têm contratos de trabalho temporário no estrangeiro. Acresce-se, ainda, a grande mobilidade geográfica de um número significativo de residentes que decidiram sair do bairro, mas que continuam a manter a sua casa na Cova da Moura, protagonizando deslocações muito frequentes ao bairro e, como tal, a manutenção de múltiplas redes de interacção.

Esta teia de interações translocais accionadas por redes familiares e/ou de conterraneidade reveste-se ainda de outras dimensões que se prendem com a existência de redes, escolares, sindicais, religiosas ou partidárias. Toda esta malha de sociabilidades estabelece-se a partir de uma multiplicidade de espacialidades, que transcendem as geografias de exclusão que o discurso dominante tende a impor ao bairro.

Decorrente da discussão acima apresentada podemos concluir o seguinte:

1. As dinâmicas de pertença no bairro da Cova da Moura não correspondem nem a um sistema urbano localista nem étnico conforme o modelo analítico proposto por Wallman (1986). As estratégias de vida evidenciam a necessidade de capitalizar em todos os recursos possíveis sejam eles familiares, étnicos ou locais.
2. A existência de uma forte economia semi-formal e informal associada a uma multiplicidade de interdependências e cumplicidades desenvolvidas localmente são factores importantes na estruturação de práticas sociais, que revelam fronteiras relacionais permeáveis. Dada a considerável dependência nas actividades económicas geradas no bairro, viver num “circuito fechado” étnico reduziria substancialmente as oportunidades de vida dos moradores.
3. A existência de sobreposições entre círculos residenciais, profissionais e de lazer tendem a contribuir para a existência de sentimentos de pertença colectiva ao bairro, os quais são evidentes entre a maioria da população residente.



4. A densidade do tecido associativo e das redes sociais contribui para o não isolamento do bairro, ao mesmo tempo, que denota a existência de um considerável capital social, que reforça a afirmação identitária local.

5. Identidade Colectiva Local e Cidadania

Tem sido amplamente debatido na crescente bibliografia sobre a estrutura urbana que a segregação socio-espacial tem um profundo impacto no exercício efectivo dos direitos de cidadania (Harvey, 1980; Wacquant, 2001; Queiroz, 2005).

No caso do bairro da Cova da Moura, gostaríamos de apresentar algumas considerações que se reportam a três dimensões que pretendemos articular, ou seja organização social, identidade colectiva local e agenciamento e cidadania.

1. *Organização social.* No que respeita a esta dimensão, e embora, nos últimos anos se tenha vindo a consolidar um clima de insegurança decorrente de actividades criminosas e delinquência juvenil, a persistência dos laços de inter-ajuda e as densidades das redes sociais locais continua a ser uma realidade no bairro. Tal como foi identificado no Relatório de Diagnóstico – Iniciativa Bairros Críticos. Cova da Moura, “Efectivamente, pode afirmar-se que o capital social das organizações da Cova da Moura parece ser bastante mais significativo do que o existente em associações de tipo idêntico instaladas noutros locais caracterizados por problemáticas semelhantes” (2006:159). Acresce-se ainda que a presença, ainda que frágil, de instituições e organizações oficiais no bairro e a existência de uma forte componente translocal (nacional e internacional) tende a minimizar o sentimento de isolamento e a contrariar o enfraquecimento do tecido social, com tem vindo a acontecer nas periferias das grandes metrópoles ocidentais.

2. *Identidade colectiva local.* O bairro constitui-se como um *locus* de identificação e de pertença para os seus residentes, independentemente da sua origem étnica. Para aqueles que foram residentes nas ex-colónias portuguesas o bairro simboliza “a terra prometida” que lhes oferecia uma oportunidade de recomeçarem as suas vidas após o processo de descolonização. Para os imigrantes residentes, um local onde era possível viver face de sociedade que lhes coartava os direitos de cidadania. Neste sentido, e apesar da diversidade cultural e das assimetrias sociais existentes, o bairro desempenha um papel integrador, ainda que de forma marginalizada, no tecido urbano. Ao oferecer um conjunto de recursos económicos, sociais e culturais a vivência no bairro viabiliza as condições para a reprodução social assim como proporciona um quadro estável de sociabilidades e de pertença identitária a um lugar que reclamam seu.

Importa ainda referir que além da estrutura de oportunidades locais, um outro factor que se afigura importante no processo de construção de pertença e de identidades locais prende-se com o impacto das representações simbólicas veiculadas pelo poder instituído. A estigmatização territorial do bairro quer pelos *mass media* quer pelo discurso político quer pela opinião pública, em geral, tendeu a acentuar a fronteira simbólica entre o bairro e o seu exterior ao mesmo tempo que normalizou a dicotomia entre um “nós” sociedade maioritária e um “outro”, segregado, marginal e imigrante. Contudo, se por um lado este processo implicou a interiorização de um estatuto de subordinação por parte dos moradores, por outro lado ele accionou um conjunto de estratégias de resistência e de contestação, protagonizadas individual e colectivamente.

3. *Agenciamento e cidadania.* Ao analisarmos a natureza do associativismo local verificamos que este tendeu a mobilizar-se em torno de um conjunto de reivindicações ligadas ao direito à regularização da situação fundiária; reabilitação do bairro; prestação de serviços sociais; necessidade de uma política de



segurança e construção de uma imagem positiva da Cova da Moura. Nas décadas de oitenta e noventa de 1900 as duas principais associações locais, a Associação de Moradores e a Associação Cultural Moinho da Juventude levaram a cabo diferentes estratégias de acção colectiva local. A actuação da associação de moradores, dado o seu relacionamento com o poder instituído foi marcada por uma forte dependência, clientelismo partidário, convivência e resistência. A estas “estratégias do dominado” para utilizar uma expressão de Ruivo (1993) no seu trabalho sobre o poder local em Portugal, contrapõem-se estratégias conflituais e de pressão formal e informal por parte da Associação Cultural Moinho da Juventude.

Mais recentemente a constituição de uma Comissão de Bairro que agrega várias associações locais em defesa dos direitos dos moradores, é reveladora de novas formas de acção colectiva, ancoradas no reforço da identidade sócio-espacial e na capacidade para desenvolver estratégias conjuntas de mobilização e de reivindicação. É, igualmente, importante sublinhar a participação activa das associações no Processo de Acção Intervenção Participada Sócio-Territorial – Cova da Moura, realizado no âmbito do projecto Iniciativa Operações de Qualificação e Inserção Urbana em Bairros Críticos. De particular relevância é a identificação das principais problemáticas que para os moradores e associações locais requerem particular atenção. No centro destas preocupações surge a necessidade de requalificação urbanística e ambiental do bairro, sentimentos insegurança face á regularização fundiária do bairro e ás condições de vida. Outros aspectos importantes reportam-se à imagem do bairro e a sua integração na sociedade envolvente; empregabilidade e formação, especialmente dos mais jovens; sustentabilidade económica do bairro e dinâmicas culturais.^v

Estamos, pois, perante a expressão colectiva de reivindicações que se sustentam numa noção de cidadania activa, que obriga ao reconhecimento da comunidade assim como do indivíduo e das suas múltiplas redes sociais e pertenças culturais e identitárias, as quais pretendem ser articuladas no tecido social e político da cidade.^{vi}

Estas considerações apontam para a reinvenção das relações entre o Estado, os poderes locais e as populações imigrantes, sustentadas por políticas pró-activas e pela criação de múltiplos mecanismos de representação e de participação colectiva e individual capazes de garantir uma cidadania urbana mais democrática e justa.

Na esteira do trabalho de Queiroz (2005:107) sobre a relação entre cidade e cidadania, no caso brasileiro, as dinâmicas acima referidas vão ao encontro do que o autor designa por uma política urbana capaz de “articular seus objectivos regulatórios, democratizadores e redistributivos com os concernentes ao fortalecimento da *agency*”, de repensar “o papel da política urbana na política de segurança pública, de forma a desbloquear o acesso dos sectores populares aos direitos fundamentais democráticos” e por fim a necessidade de actuar directamente no quadro de sociabilidades dos moradores através de uma intervenção no espaço público. Um outro aspecto que merece particular atenção prende-se com o modo como as cidades podem desempenhar um papel muito importante na integração social de populações étnica e culturalmente muito diversificadas. A intensa diversidade de raças, religiões, culturas e classes que caracterizam as grandes metrópoles da actualidade são fortes catalizadores de processos que desafiam significados e práticas de cidadania, de pertença e de coesão social. A cidade pode, assim, constituir-se como lugar privilegiado de reivindicação e mudança, integrando um conjunto de valores ético-políticos que une os cidadãos assim como o reconhecimento da diferença cultural e religiosa (Mouffe, 1991; Castells e Borja, 2000).

Uma “cidadania de proximidade” (Borja, 2002) implica, pois, a criação de uma nova cultura de cidadania e a conquista de direitos urbanos que possibilitem reequacionar de forma inovadora a relação milenar entre cidade e cidadania.



Bibliografia

AUYERO, J. (2000) "The hyper-shantytown. Neo-liberal violence(s) in the Argentine slum", *Ethnography*, Vol. 1(1), pp. 93-116.

BORJA, J. (2002), "La ciudad y la nueva ciudadanía", *La Factoría*, nº 17. Barcelona.

CASTELLS, M. E BORJA, J. (2000), *Local y Global: la gestión de las ciudades en la era de la globalización*. Madrid: Taurus.

CROZAT, D.(2006), "Violência dos espaços hiper-reais", Joron, P. *Comunicações da Violência, Violência da Comunicação, Revista FAMECOS*, nº 29, PUCRS, Rio Grande do Sul, pp. 45-54.

FOUCAULT, M. (1995), " O sujeito e o poder" em Rabinow, P e Dreyfuss, M., *Foucault. Uma trajetória filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

HARGREAVES, A. (1996), "A Deviant Construction: The French Media and the Banlieues", *New Community*, Vol. 22, Nº 4, pp. 607-618.

HARVEY, D. (1980), *A Justiça Social e a Cidade*. São Paulo: Hucitec.

HORTA, A.P.B. (2008), *A Construção da Alteridade. Nacionalidade, Políticas de Imigração e Acção Colectiva Migrante na Sociedade Portuguesa Pós-Colonial*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação Para a Ciência e Tecnologia.

HORTA, A.P.B. (2007), "Le ghetto imaginé: Nouvelles spatialités et marginalisation sociale dans les quartiers de la peripherie de Lisbonne", *Sud-Ouest Européen – Revue Géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest*, Nº 24, pp. 75-86.

HORTA, A.P.B. (2006), "Places of Resistance: Power, Spatial Discourses and Migrant Grassroots Organizing in the periphery of Lisbon", *CITIES – International Journal of Urban Policy and Planning*, Vol.10, Nº3, pp. 269-285.

MALHEIROS, J.M. (2007) "Revalorisation de la culture, créativité et nouvelles opportunités pour les descendants des imigrés: La Cova da Moura et le monde", *Sud-Ouest Européen – Revue Géographique des Pyrénées et du Sud-Ouest* Nº 24, pp. 87-97.

MALHEIROS, J.M. ET. AL. (2006), *Relatório Diagnóstico-Iniciativa Bairros Críticos – Cova da Moura*. Volumes I, II e III.



MUNICIPALIDADE DA AMADORA (1983), *Relatório da Cova da Moura*.

MUNICIPALIDADE DA AMADORA, (1987), Relatório “Legalização de Alguns Quarteirões da Cova da Moura”.

MUSTERD, S., MURIE, A, KESTELOOT, C (eds) (2006), *Neighbourhoods of Poverty;: Urban Social Exclusion and Integration in Comparison*. London: Palgrave Macmillan.

QUEIROZ, L.C.R. E ORLANDO A. SANTOS JÚNIOR (2005), “Democracia e Cidade: divisão social da cidade e cidadania na sociedade brasileira”, *Análise Social*, Vol XI (174) pp. 87-109.

MOUFFE, C. (1993), *The Return of the Political*. London: Verso.

Ruivo, F. (1993), “Estado e Poder Relacional: A intervenção informal dos governos locais”, em Boaventura Sousa Santos (ed.), *Portugal: Um Retrato Singular*. Porto: Edições Afrontamento.

VASCO DA CUNHA/CMA (2001), *Estudo de Caracterização/Diagnóstico do Bairro do Alto da Cova da Moura*.

WALLMAN, S. (1986), “Ethnicity and the Boundary Process in Context”, em Rex, J., Mason, D. (eds.), *Theories of Ethnicity and Race Relations*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 226-235.

WACQUANT, L.J.D. (2001), *Os Condenados da Cidade: Estudos sobre marginalidade avançada*, Rio de Janeiro, Editora Revan.

WACQUANT, L.J.D. (1999), “Urban Marginality in the Coming Millennium”, *Urban Studies* 36(10), pp. 1639-47.

- ⁱ Ver Municipalidade da Amadora, Relatório “Legalização de Alguns Quarteirões da Cova da Moura”, 1987 e Relatório Diagnóstico-Iniciativa Bairros Críticos – Cova da Moura. Volume I, Malheiros et. al. 2006.
- ⁱⁱ Estima-se que no final da década de noventa de 1990 existiam aproximadamente 50 pequenas empresas semi-formais e informais de subempreiteiros, empregando entre 10 a 50 trabalhadores cada uma delas (Horta 2008).
- ⁱⁱⁱ Relatório Diagnóstico-Iniciativa Bairros Críticos – Cova da Moura. Volume I, Malheiros et. al. 2006.
- ^{iv} Ver Relatório Diagnóstico-Iniciativa Bairros Críticos – Cova da Moura. Volume I, Malheiros et. al. 2006, Cap. 3 e Horta (2008).
- ^v Para uma análise aprofundada e detalhada destas questões ver Relatório Diagnóstico-Iniciativa Bairros Críticos – Cova da Moura. Volume II, Malheiros et. al. 2006.
- ^{vi} Sobre o papel da cultura como forma inovadora e criativa de integração das camadas mais jovens na sociedade, ver Malheiros 2007.